

CRISE ENTRE OS PODERES

Motta critica decisão de Dino

O presidente da Câmara rechaça o bloqueio de R\$ 119,2 milhões de Valdemar Costa Neto pelo STF, vendo a decisão como invasiva. Investigado por orçamento paralelo, o presidente do PL nega desvios e justifica articulação partidária

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» IAGO MAC CORD

O cenário político e institucional brasileiro, mais uma vez, vê um embate direto entre a cúpula da Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), manifestou inconformismo com a decisão do ministro Flávio Dino, que determinou o bloqueio de R\$ 119,2 milhões das contas de Valdemar Costa Neto, presidente nacional do Partido Liberal (PL).

Em nota oficial, Motta classificou a medida como uma “indevida intervenção judicial” em atividades típicas do parlamento. O deputado enfatizou que a ordem de bloqueio falha ao não identificar qualquer tipo de aplicação irregular ou desvio de verbas públicas, limitando-se a meras conjecturas que buscam criminalizar a atividade política legítima. Ao rebater o posicionamento do magistrado, o presidente da Casa considerou a determinação inaceitável.

“A alocação das emendas está em plena conformidade com a moldura normativa vigente e com os compromissos institucionais firmados entre o Executivo e o Legislativo perante a própria Corte Constitucional”, destacou.

A determinação judicial se fundamenta nas investigações da Polícia Federal (PF), iniciadas com a Operação Transparência em dezembro de 2025, que apura um suposto esquema de orçamento paralelo. Segundo a PF, Costa Neto, mesmo sem exercer mandato parlamentar desde 2013, teria exercido poder de fato sobre a destinação de ao menos 21 emendas parlamentares que totalizam os

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Motta classificou a medida do Supremo como uma "indevida intervenção judicial" em atividades típicas do parlamento

R\$ 119,2 milhões bloqueados.

A investigação aponta a existência de um “arranjo funcional informal” dentro da Câmara, operado por servidores como Mariângela Fialek, a “Tucacá” — ex-assessora do ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) —, e o assessor Garigham Amarante, do PL.

Mensagens interceptadas sugerem que os funcionários manipulavam documentos para registrar falsamente deputados reais como “solicitantes”, conferindo um aspecto de legalidade a indicações que, na prática, atendiam a diretrizes de

um não parlamentar. Motta, por sua vez, defendeu publicamente os servidores e registrou total confiança no corpo técnico da Casa. Ele asseverou que as assessorias operam respaldadas pela autorização formal dos próprios deputados e conforme as diretrizes partidárias.

“A autorização conferida pelos parlamentares para que as equipes que os assessoram operacionalizem as indicações segundo orientação da direção partidária insere-se na normalidade do funcionamento administrativo do mandato

e não traduz qualquer irregularidade”, enfatizou. O deputado sustentou que a Câmara manterá a postura de transparência e obediência estrita às leis vigentes, mas salientou que a instituição atuará com plena independência diante de outros poderes.

Valdemar nega

Valdemar, no entanto, negou veementemente qualquer irregularidade e rebateu os valores impostos pelo bloqueio. O dirigente comparou o

montante à necessidade de ganhar duas vezes na Mega-Sena para alcançá-lo e ponderou que o cidadão comum, ao se deparar com uma cifra dessa magnitude, é induzido a pensar de maneira equivocada que ele possui tais recursos guardados.

“(Não chega) Nem perto, eu gostaria de ter, mas nem que eu acertasse duas vezes na Mega-Sena eu teria esse dinheiro, mas eles fizeram do valor total das emendas e o bloqueio saiu desse tamanho. Então, o cidadão que vê isso, pensa que eu tenho esse dinheiro para

pagar, quer dizer, jamais teria. Ele bloqueou as minhas contas”, afirmou, em entrevista à CNN Brasil.

O presidente do PL lembrou que a última declaração de bens ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontava patamar muito inferior. O dirigente explicou que a articulação partidária funciona como uma centralização de demandas regionais, em que os gestores municipais, desprovidos de receitas próprias e desesperados por recursos para custear serviços básicos como a saúde, recorrem a ele por sua capacidade de interlocução. Costa Neto argumentou que apenas organiza os pleitos e os submete aos líderes de bancada, que detêm a palavra final sobre o orçamento livre do partido.

“Isso é normal em todo partido político. Esse pessoal, quando não tem ajuda, pede ao presidente do partido, porque eu tenho mais força com os deputados. Eles dividem, eles deixam uma parcela para a liderança fazer. Quem faz a indicação é o líder. Então, ele atende às sugestões que eu mando, as que são possíveis”, afirmou.

Ele justificou que esse modelo cooperativo engloba, inclusive, acordos internos na legenda, mencionando o caso do deputado Tiririca (PSD-SP), que, por não ter redutos eleitorais atrelados a prefeitos específicos, repassava as cotas para que a Executiva realizasse o direcionamento técnico. O líder do PL pontuou que os repasses sob suspeita são legítimos e foram integralmente aplicados em obras de infraestrutura e serviços públicos diretos nos municípios, rechaçando qualquer transferência de capital para entidades privadas ou associações de fachada que pudessem sinalizar desvios.

IMÓVEL.
INVESTIMENTO SEGURO.

Residencial **Edmond Baracat**

NOROESTE

4 SUÍTES

4 Suítes - 153 a 162 m²

3 vagas de garagem

Cob. Duplex - 301 a 310 m²

4 vagas de garagem

PaulOOctavio

CLT/100

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE PLANTÃO NO LOCAL

NOROESTE

CLNW 2/3

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE

Eixinho, ao lado do McDonald's

ÁGUAS CLARAS

Rua 33 Sul Lote 7

GUARÁ I

Ql 23 Lote 5

SMAS

Trecho 3, Lote 7

2º Ofício R-14/105640